

Jeovalter Correia Santos *

Diz um velho ditado que urgente é o serviço que não foi executado no seu devido tempo. Administradores competentes levam o dito ao pé da letra e fazem planejamento detalhado e seguro para suas empresas, traçando metas que as tornam viáveis junto ao mercado. O mesmo não acontece com o governo federal. No anúncio do pacote fiscal, o presidente Fernando Henrique Cardoso agiu como o sujeito que deixa a papelada amontoar-se sobre a mesa do escritório para depois pensar em como livrar-se de tudo aquilo. Invariavelmente o tal sujeito transfere o trabalho não realizado para outros, e assim vai se mantendo no cargo.

Em quatro anos de governo Fernando Henrique não fez a tarefa de casa, não promoveu o ajuste fiscal necessário. Preferiu dedicar-se à política pequena, perdeu tempo enorme negociando a emenda da reeleição e trocando favores por votos para aprovar as reformas administrativa e previdenciária. Errou também ao negligenciar os alertas constantes feitos por economistas e políticos de oposição sobre os riscos de se apostar no mercado de capitais como fonte de financiamento da economia. E quando o terremoto financeiro varreu os dólares para longe do país, não tomou as medidas necessárias, preferiu ir levando com a barriga, simplesmente aumentando os juros à espera de que algum fato novo salvasse o país da falência.

Como se vê o milagre não veio. Passada a eleição, com a mesa empilhada de problemas, o governo resolveu que era hora de se mexer. Ao lançar o pacote fez como o sujeito acima, jogando sobre os governadores, prefeitos, empresários e, principalmente, sobre os funcionários públicos, a responsabilidade

de de arcar com os prejuízos dos anos de inoperância. No discurso em que anunciou as medidas, Malan disse que chegou ao fim o processo de reformas graduais, o país precisará agora acelerar as mudanças para não sucumbir frente à fuga de capitais. A forma encontrada aumenta impostos que têm efeito cascata, ou seja, incidem sobre todo o processo de produção; não diminui os juros e promove cortes em setores essenciais, como saúde e educação.

A CPMF, que nunca cumpriu seu papel de salvadora da saúde, passou de 0,20% para 0,38% - o que representa um aumento de 90%. Como é um imposto em cascata, numa cadeia produtiva muito longa pode causar impacto de até 15% no custo final do produto. O mesmo acontece com a COFINS.

O aumento de impostos tem efeito perverso numa economia recessiva. As empresas já estão há algum tempo atuando no limite, várias indústrias estão dando férias coletivas e o comércio não aposta nem mesmo no Natal para melhorar seu desempenho - as encomendas para este ano são inferiores às de 97. Os R\$ 28 bilhões de superávit primário pretendidos pelo governo deveriam vir com as reformas fiscal e tributária, acompanhadas de um programa de combate à sonegação. Temos batido nessa tecla incansavelmente, não só neste governo como nos anteriores, mas o que prevalece sempre no âmbito dos poderes é o jogo de interesses patrocinado por aqueles que se beneficiam burlando o fisco ou simplesmente deixando de pagar suas dívidas. O governo federal possui cerca de R\$ 180 bilhões de créditos a receber referentes a em-

préstimos do Banco do Brasil, CEF e recolhimentos para o INSS. Não executa as dívidas para não colocar a mão em vespeiro. Prefere apertar um pouco mais a classe média, que não tem para onde fugir.

As medidas são questionáveis também porque não interferem nos juros. Mesmo pagando taxas acima de 40%, o capital externo continua saindo em ritmo acelerado; além de não segurar as aplicações o governo ainda gastará, neste ano, R\$ 72 bilhões com o pagamento de títulos da dívida pública. Quantia três vezes maior do que os investimentos externos diretos que o país recebeu em 98.

A fatura debitada na conta dos

**Diz um velho ditado
que urgente é o
serviço que não
foi executado no seu
devido tempo**

servidores públicos tem sido anunciada como uma questão de justiça, já que essa categoria aposenta-se com salário integral, diferentemente dos trabalhadores do setor privado. Mas na verdade o conjunto de medidas destinadas ao setor configuram quebra de contrato e confisco. Primeiro porque ao entrar no serviço público o servidor tem uma expectativa, ele opta pela segurança, pela aposentadoria integral em lugar dos salários mais altos pagos pela iniciativa privada. São essas vantagens oferecidas pelo Estado para captar bons profissionais via concurso. O pacote puxa o tapete desse sujeito, retirando-lhe as vantagens que o levaram a ingressar no serviço público.

O adicional de 9% sobre o salário que ultrapassar R\$ 1.200, depois de quatro anos sem reajuste, representa diminuição salarial, o que é inconstitucional. O adicional representa um confisco pior do que o realizado pelo ex-presidente Fernando Collor. Ele tomou a pou-

pança, Fernando Henrique está se apropriando de parte do salário do servidor, dinheiro que serve para sua sobrevivência e de sua família. Um funcionário com salário de R\$ 2.500, depois de descontados a contribuição, o adicional, CPMF e Imposto de Renda levará para casa apenas R\$ 1.700. Essa perda se refletirá no poder de consumo e, em consequência, no comércio.

O servidor será punido também nos estados e municípios que terão de adaptar-se à lei Camata. Sobre esse ponto vale ressaltar que em nenhum estado a folha de pagamento do pessoal da ativa supera os 60%. O que faz o índice subir são as aposentadorias e benefícios, que são despesas previdenciárias e não poderiam entrar nesse cálculo. Será preciso, ainda, esclarecer os conceitos de receita corrente líquida e despesa com pessoal para efeito de cálculo do comprometimento. As empresas mistas entram nessa conta? E o trabalhador terceirizado?

As dívidas recaem também sobre a transformação da Receita Federal em Agência Executiva, o que poderá enfraquecer ainda mais o sistema de fiscalização do país justamente no momento em que a sonegação precisará ser combatida com mais rigidez. Nesse setor, como na Previdência, o governo optou por mudanças equivocadas, que prejudicam o cidadão e não resolvem os problemas de má gestão da coisa pública. Corremos o risco de pagar muito para ver o Brasil encurralado entre a necessidade de sobrevivência de suas instituições e a incompetência de seus governantes, que só limpam suas mesas eventualmente, e sempre jogando o ônus da tarefa não cumprida para o cidadão comum.

* Presidente da Fenafisco
Federação Nacional do Fisco
Estadual, com sede no DF